Revista Brasileira de Sociologia. Vol. 03 No.06 jul. -Dez, 2015
Artigo recebido em setembro de 2015/Aprovado em dezembro de 2015
http://dx.doi.org/10.20336/rbs.434
10.20336/rbs.434

Neoliberalismo e pós-neoliberalismo na América Latina: contribuições de Alberto Acosta a partir Equador

Flavia Lessa de Barros*[1]

RESUMO

Apresenta-se uma revisão das abordagens de Acosta sobre o neoliberalismo e o pós-neoliberalismo no Equador ena América Latina. Acosta contribui para o debate sobre o extrativismo na expansão do capitalismo mundial e sob o neoliberalismo. Observa-se como as estruturas e as dinâmicas da arquitetura financeira internacional são centrais na operacionalização do capitalismo neoliberal e mantêm o extrativismo estratégico na reprodução da geopolítica Norte-Sul. Enfoca-se a análise de Acosta sobre a experiência do Equador, as ambiguidades, os limites e os desafios para mudanças estruturais que viabilizem a ruptura e a superação do neoliberalismo e do extrativismo. Identificam-se as principais tendências do pós-neoliberalismo e duas alternativas concebidas por Acosta para um paradigma contra-hegemônico e antissistêmico: a reforma da arquitetura financeira internacional e o *BuenVivir*.
Palavras-chave: Neoliberalismo, Pós-neoliberalismo, Equador

* Doutora em Sociologia, professora do Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas (CEPPAC/ICS), da Universidade de Brasília. Coordenadora do Núcleo-Rede de Estudos e Pesquisas sobre Desenvolvimento e Democracia na América Latina (PPG/CEPPAC) e do GT Estudos Políticos, Sócio-jurídicos e Institucionais, da Associação Latino-Americana de Sociologia (ALAS). Membro do GT Integração Regional e Unidade Latino-Americana e Caribenha, do Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (CLACSO) e do Projeto "Discursos políticos predominantes no Brasil, ontem e hoje", do Centro de Formação da Câmara dos Deputados.

ABTSTRACT

NEOLIBERALISM AND POST-Neoliberalism in Latin America: ALBERTO ACOSTA'S CONTRIBUTIONS FROM ECUADOR

We present a review of Acosta's approaches on neoliberalism and post- neoliberalism in Ecuador and Latin America. Acosta contributes to the debate on the extraction of natural resources in the expansion of world capitalism and under neoliberalism. It is noted how the structures and dynamics of the international financial architecture are central to the implementation of neoliberal capitalism and how it maintainsstrategic extraction of natural resources in the reproduction of North-South geopolitics. Acosta's analysis of the Ecuadorian experience is highlighted, as are the ambiguities, limits and challenges for structural changes that could allow for both the rupture and the overcoming of neoliberalism and extraction activities. The main trends of post-neoliberalism are identified, as well as two alternatives devised by Acosta for a counter-hegemonic and anti- systemic paradigm: the reform of the international financial architecture and the *Buen Vivir*.
Keywords: neoliberalism, post-neoliberalism, Ecuador.

Introdução

Há cerca de quatro décadas, o neoliberalismo é um tema destacado nas arenas acadêmicas e políticas de debates sobre a conjuntura contemporânea e os processos históricos estruturais de mudança na América Latina e no mundo, dado que a América Latina se tornou grande alvo e laboratório do neoliberalismo, o qual segue disputando ferrenhamente o continente. Tais debates vêm contribuindo para o avanço do pensamento e da teoria social e política latino-americana, sobretudo com a revisão e o aprofundamento de algumas vertentes dos estudos da dependência, decolonais e pós-coloniais, as quais evoluíram com a proposição de projetos alternativos, em prol do "pós--neoliberalismo". Projetos que em parte não são propugnados apenas como contra-hegemônicos, mas também como antissistêmicos.

Análises críticas das experiências e das estratégias para o enfrentamento e a superação do neoliberalismo em diversos países latino--americanos são referências para análises das experiências noutros países e regiões do mundo, especialmente, face aos cenários da crise

sistêmica que vem afetando os países do Norte em posições centrais no sistema capitalista mundial desde o final da década de 2000 e, na sequência, os chamados países emergentes, na semiperiferia do sistema, com impactos irradiados em maior e em menor grau, envolvendo outros inúmeros países. Assim, considera-se a atualidade e a importância da ampliação e do aprofundamento do debate sobre o tema "pós-neoliberalismo" no campo das Ciências Sociais e áreas afins, na região e mundialmente, de modo a subsidiar as agendas acadêmicas e políticas.

Em tal direção, o presente artigo visa reforçar a visibilidade das contribuições de Alberto Acosta, a partir do Equador, no campo das Ciências Sociais no Brasil. Equatoriano, economista de formação com forte cunho social, Acosta teve importante papel nos processos de mudança política no Equador no início da década de 2000, alinhado à Raphael Correa, desde a primeira campanha até o início do primeiro mandato deste, sendo presidente da Assembléia Nacional Constituinte e ministro de minas e energia. Divergências quanto a estratégias político-governamentais levaram Acosta a dura oposição ao Correísmo, inclusive como candidato à presidência do Equador em 2013. Apoiado por vertentes da academia e de movimentos sociais, em especial, indígenas e camponeses, Acosta dedica-se ao resgate e fortalecimento do projeto original de transformação social que outrora o uniu a Correa. Sua sólida formação econômica, experiência na gestão governamental de recursos naturais e liderança no processo da Constituinte no país são pilares na trajetória após a ruptura com Correa. Acosta segue como intelectual ativista, professor da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO), em Quito, destacando-se por suas teorizações sobre a nova arquitetura internacional e o *BuenVivir*.

A inserção da América Latina no sistema capitalista mundial com base no extrativismo e a debilidade do desenvolvimento no Equador

Propondo uma visão crítica da economia política internacional, Acosta (2014e) ressalta o extrativismo como modalidade de acumulação que estruturou o modelo de desenvolvimento do capitalismo desde seus priomórdios, sob o mercantilismo. O autor rememora como, a partir da conquista e da colonização, a América Latina, como a Ásia e a África, foi inserida no moderno sistema capitalista mundial como "exportadora de Natureza", submetida à função de provimento de recursos naturais como matérias-primas para o desenvolvimento das metrópoles no centro do sistema capitalista.

Acosta (2011c) observa que, desde então, assiste-se à "maldição da abundância" resultante do determinismo geográfico do desenvolvimento, invocando o geógrafo naturalista Von Humboldt, segundo o qual, no século XVIII, os povos latino-americanos eram"mendigos sentados sobre um saco de ouro". Para Acosta, os países do "Sul-Global", com rica diversidade de recursos naturais, são condenados ao atraso e à pobreza, subservientes à industrialização, ao desenvolvimento e ao bem-estardos países do "Norte-Global", "importadores de Natureza"(ACOSTA, 2014e; 2012; 2011a; 2011c).

Acosta ressalta o poder de ingerência historicamente exercido pelos países centrais do capitalismo,com vistas à perpetuação da lógica do modelo extrativista que impõe a condição periférica, dependente e subordinada da América Latina na divisão internacional do trabalho. Segundo ele, esta condição sustentada pela economia agro-extrativista-exportadora, subsistiu à independência e à instituição dos Estados nacionais, caracterizando fortemente a formação sócio-econômica do continente latino-americano até a contemporaneidade.

Em consonância com Eduardo Gudynas (2009), outro expoente dedicado ao tema na região e seu grande interlocutor, Acosta define o extrativismo como: "aquelas atividades que removem grandes

volumes de recursos naturais não processados (ou que são limitadamente), sobretudo para exportação". Para ele, o extrativismo "não se limita aos minerais ou ao petróleo. Há também extrativismo agrário, florestal e inclusive pesqueiro" (ACOSTA, 2011c, p. 85)

A lógica extrativista, segundo Acosta (2011c), foi reificada na teoria do comércio internacional por meio da tese ricardiana das vantagens comparativas, em 1915, a qual estabelece que, para alcançarem o desenvolvimento, as nações devem focar seus maiores esforços na especialização da produção de bens em que são melhores comparativamente às demais nações. No entanto, alinhando-se a outro economista equatoriano, Tortosa, o autor avalia que a continuidade do desígnio extrativista teve um efeito oposto na América Latina, ou seja, gerou mais subdesenvolvimento ou um "mal-desenvolvimento"que afetaria definitivamente as sociedades (ACOSTA, 2014e; 2012; 2011a; 2011c).

Reduzidos ao papel de produtores e de exportadores de matérias-primas, por meio da superexploração da força do trabalho de grandes contingentes populacionais, os países latino-americanos foram também reduzidos ao papel de consumidores dos bens produzidos pelos países industrializados com base em seus recursos naturais, aos quais parte significativa de suas sociedades tem acesso restrito ou nenhum, conforme as posições na estrutura social, determinadas por posições de classe e raça. Segundo Acosta (2011c), países latino-americanos ricos em recursos naturais, como Brasil, Bolívia, Equador, Chile, Argentina, Peru e Colômbia, não alcançaram o desenvolvimento econômico e geraram uma situação crítica de exclusão social.

Acosta (2011a) observa que, ao longo de diversos ciclos econômicos, os países latino-americanos permaneceram como países bananeiros, cafeeiros, floricultores, mineradores e petroleiros, cerceados em seus processos de modernização e impactados diretamente nas relações sociais de produção e de consumo no seio das sociedades. Entre as principais características comuns neste cenário, ele identifica o baixo nível de industrialização, pouco investimento em desenvolvimento tecnológico, dificuldades de desenvolvimento dos

mercados internos, capacidade restrita de inserção e de influência no mercado externo; poucas alternativas de cooperação em âmbito regional; grande vulnerabilidade nas balanças comerciais e crises recorrentes derivadas das dívidas externa e interna.

Em consequência, Acosta (2011a) ressalta o cerceamento da soberania nacional dos países e da autodeterminação de seus povos. A pobreza e a inequidade são então vistas como problemas de fundo crônicos em todos os países latino-americanos. O autor também destaca a devastação ambiental e a dizimação de populações indígenas pela expansão da fronteira agro-extrativista em diversos países, problemas que, além de tudo, configuramtambém um cerceamento dos direitos de cidadadania (ACOSTA, 2014e; 2012; 2011a; 2011c).

Segundo Acosta (2011c), mesmo no período desenvolvimentista vivenciado por alguns países na América Latina, o agro-extrativismo de grande escala voltado para a exportação seguiu como uma atividade econômica de alta relevância, inclusive mediante financiamentos de instituições financeiras internacionais, a partir da década de 1960. Isto ainda que, sobretudo no tocante a alguns recursos minerais, o extrativismo tenha apoiado a industrialização nacional, nos setores de bens de produção e intermediário, e o fortalecimento do mercado interno em alguns países na região. Nesse período, além dos impactos sócio-ambientais dos projetos agroextrativistas, o autor também registra os impactos dos grandes projetos de infraestrutura, em especial, os de geração de energia, baseados na exploração de recursos naturais.

Para Acosta (2012), a experiência do Equador com o extrativismo se apresenta como um caso emblemático do mau-desenvolvimento na América Latina. Após ter sido o principal produtor e exportador de cacau e banana do mundo, e depois de camarão, flores e brócolis, sem alteração das condições de desenvolvimento, a nova fase extrativista de combustíveis fósseis no Equador a partir de 1972, sob a ditadura militar, teria agravado os problemas identificados no país em vários aspectos, embora anunciada como bastante promissora. A Amazônia equatoriana foi integrada ao mercado mundial capitalista com a ex-

portação de uma grande quantidade de petróleo e derivados, explorados por companhias multinacionais (como a Texaco), às custas da destruição ambiental e do genocídio,com extenso deflorestamento e o extermínio de dois povos indígenas. Acosta chama atenção para a desterritorialização do Estado naquela região, deixada à mercê dos fluxos de suas riquezas naturais para o exterior e dos impactos sócio-ambientais decorrentes (ACOSTA, 2014e; 2012; 2011a; 2011c).

No plano nacional, conforme Acosta (2014c), o extrativismo petroleiro não foi revertido no impulsionamento da industrialização via substituição das importações e sequer havia uma vinculação dos bens primários com os processos de industrialização nacional, impostos como algo alheio à realidade do país. Assim, tampouco havia esforços para o desenvolvimento do mercado interno. Para o autor, foi bastante débil o desenvolvimentismo na sucessão de governos autoritários no Equador, sem uma presença do Estado como indutor do desenvolvimento. No período, o aumento do gasto fiscal baseado na receita petroleira, sem a contrapartida da pressão tributária (o imposto sobre a renda teria sido dispensado face à abundância dos rendimentos do petróleo), permitiu o incremento da classe média e do setor social mais rico, mas manteve a situação dos mais pobres. Como sintetiza Acosta (2011a), este esquema sustentou politicamente o extrativismo, com taxas de crescimento econômico limitadas de médio e longo prazo e legitimou a prática rentista, passando-se a viver da renda da exploração da Natureza e não do esforço do trabalho humano.

Acosta (2014c) discute o cenário resultante da incipiente modalidade do desenvolvimento no Equador, combinado com o término da fase de abundância petroleira no final da década de 1970. A crise da dívida externa do país tornou-se imanejável face à incapacidade administrativa da economia nacional por parte das elites dominantes e dirigentes, muitas vezes envolvidas em clientelismo e em corrupção, e à falta de vontade e de definição política de um projeto alternativo sustentável. Assim, segundo o mesmo, a exemplo de outras experiências na América Latina, a partir de 1980, ao longo de governos com diferentes matizes político-ideológicos (so-

cial-cristão, social-democrata, conservador e populista), passaram a ser promovidos os ajustes neoliberais no Equador (ACOSTA, 2014c; 2010; 2009a; ACOSTA; PONCE, 2010).

As reformas neoliberais e o neoextrativismo no Equador

Acosta diverge da visão sobre a fraqueza ou mesmo a inexistência dos ajustes neoliberais no seu país. Segundo ele, os programas de ajuste estrutural e as políticas neoliberais subsequentes acordadas entre os governos do Equador e as instituições financeiras internacionais, tiveram impactos negativos, de ordem econômica, política, social e ambiental no Equador, como noutros países na região (ACOSTA, 2014a; 2014c). Todavia, o autor reconhece a instabilidade do ritmo de alguns processos de reforma no país, que atribui não só à incapacidade administrativa, mas também às contradições entre os grupos de poder e os partidos políticos correspondentes. Promotores do neoliberalismo e, ao mesmo tempo, demandantes do paternalismo estatal, estes grupos não teriam consolidado uma posição homogênea para impor o neoliberalismo como um projeto hegemômico face às pressões empresariais e aos protestos sociais (ACOSTA, 2014f, p. 33-34).

Além de observar o compartilhamento do receituário neoliberal e de problemas estruturais típicos do capitalismo dependente e subdesenvolvido entre diversos países na região, Acosta (2014f) pondera sobre as especificidades das experiências de cada país com as reformas de ajuste, também influenciadas por condições prévias relativas ao modo (ou à falta) de enfrentamento dos diversos problemas estruturais. Nesse sentido, ele se refere ao "neoliberalismo realmente existente" no Equador.

Em sua análise dos impactos das reformas neoliberais no Equador, Acosta (2014f) mostra como, na busca de um equilíbrio macroeconômico, o país foi submetido às políticas ortodoxas impostas pelas instituições financeiras internacionais, o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, em concertação com outras instituições financei-

ras, em especial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento.

Para Acosta (2014a), estas instituições são as grandes operadoras do neoliberalismo e mandatárias dos países centrais no sistema capitalista e do capital internacional. Entre as principais forças atuantes no neoliberalismo, além das instituições financeiras internacionais, ele destaca, sobretudo os EUA, detentor do papel hegemônico no sistema mundial (sob a ameaçadora ascensão da China), as grandes corporações transnacionais e o sistema financeiro internacional. Complementarmente, no plano nacional, referindo-se também à experiência de outros países latino-americanos, destaca as recorrentes alianças entre o capital internacional, as elites oligárquicas e as burguesias que, na reprodução de seus poderes, envolveram um incessante jogo de disputa, de legitimação e de reacomodação das classes médias e populares, na base do clientelismo, do populismo e do autoritarismo. No caso do Equador, ele identifica relações políticas bastante conflitivas subjacentes aos processos de ajuste e um ambiente de crescente déficit democrático, ainda que não se tenha alcançado o grau de autoritarismo dos países do Cone Sul (ACOSTA, 2014a; 2014b).

Segundo Acosta (2014c), com vistas à renegociação da dívida externa, para a garantia do acesso ao crédito e de investimentos estrangeiros em prol do crescimento econômico, houve um grande reordenamento da economia no Equador, liderado pelo capital financeiro internacional. Segundo ele, os índices das reformas neoliberais no país não só acompanharam as médias gerais da região como, em alguns períodos, as ultrapassaram significativamente. Seria o caso das reformas relativas à liberalização comercial, à desregulamentação do mercado financeiro e à abertura da conta de capitais.

Quanto às reformas nestes três setores, Acosta (2014d) enfatiza a abertura comercial do Equador, reforçada pelo alinhamento à Organização Mundial de Comércio em 1996, que implicou na suspensão quase total das restrições comerciais, na contramão das medidas protecionistas e regionalizadoras do mercado mundial, deteriorando os termos de troca do país. O autor destaca a flexibilização financeira doméstica no Equador (que alcançou a do Chile, exemplar na região),

a qual redundou num amplo processo de dolarização espontânea da economia. Tal processo foi acompanhado pela ameaça de quebra bancária generalizada, levando à intervenção e ao salvamento dos bancos por parte do Estado, com a transferência do déficit resultante à população. Ao mesmo tempo, o sistema financeiro tendeu à especulação, em detrimento da produção. Acosta também ressalta o limitado ingresso de capitais estrangeiros para atividades produtivas, concentrados na produção petroleira, e a grande fuga do capital nacional, que chegou a superar o total da dívida externa (ACOSTA, 2014a; 2014b).

No caso das reformas nos demais setores, Acosta (2014a; 2014b; 2014c) explica o pouco avanço da privatizaçãono Equador em função do número reduzido de empresas estatais até então. Mas identificaa redução do Estado na economia, com a diminuição dos investimentos, dos gastos públicos e dos quadros de servidores e, ao mesmo tempo, o beneficiamento do setor privado com aportes públicos. Desse modo, a média da privatização no Equador foi equiparada à de alguns países em que os ajustes neoliberais foram melhor sucedidos. Este foi o caso da reforma tributária, segundo ele, a despeito das limitações e das contradições que envolveram os processos relacionados no país. Já as reformas das políticas cambial e monetária são consideradas uma questão mais complexa pelo autor, por terem sido afetadas pela abertura da conta de capitais e pela crescente dolarização espontânea da economia, oficializada em 2000, em subsitituição à moeda nacional, o Sucre, após períodos de moratória no país (ACOSTA, 2014a; 2014b; 2014c).

Conforme Acosta (2014b; 2014c), as políticas neoliberais não visavam apenas reduzir a inflação e promover o crescimento de longo prazo nos países subdesenvolvidos periféricos, mas significavam uma estratégia global de reestruturação da economia capitalista, para garantir a participação subordinada destes países na nova divisão internacional do trabalho. Para ele, a consolidação das políticas neoliberais por meio do Consenso do Washington, em 1990, significou principalmente a garantia de mercados para os países desenvolvidos no centro do sistema e a utilização dos recursos transferidos

dos países subdesenvolvidos, inclusive do pagamento da dívida, para o financiamento da revolução tecnológica-organizativa que estava em curso.

Assim, segundo Acosta (2014c), o neoliberalismo expressa a fase contemporânea da expansão do sistema capitalista que, movida por fortes traços do colonialismo combinados com o imperialismo, agudizou problemas estruturais pré-existentes e gerou novas crises, levando ao extremo as desigualdades na América Latina, na Ásia e na África. Ele observa, desde as últimas décadas, em prol da maior acumulação do capital sob neoliberalismo, a tendência de financeirização volatilizada da economia, associada à desterritorialização das bases industriais e à flexibilização das legislações nacionais trabalhistas, na busca da redução dos custos da força de trabalho a níveis extremos. Conforme o autor, esta tendência foi promovida em detrimento de esforços por maior diversificação e autonomia de cadeias produtivas e distribuição de renda, levando à marginalização, à precarização e à pauperização dos setores trabalhadores nos países periféricos (ACOSTA, 2009b).

Para Acosta (2012), a experiência do Equador com o neoliberalismo também foi emblemática. A adoção das políticas neoliberais implicou na depreciação do salário e na flexibilização da classe trabalhadora, na reprimarização da economia e no desmantelamento do Estado. O país enveredou por uma "tortuosa marcha de ajustes e desajustes" (ACOSTA, 2009b, p. 31). Os ajustes às necessidades do capitalismo mundializado provocaram desajustes que impossibilitaram o desenvolvimento equilibrado. Apesar de instabilidades reconhecidas no processo no Equador, as constantes renegociações da dívida externa, que envolveram a replicação da vultosa transferência negativa de recursos, mantiveram o país na rota do ajuste neoliberal por mais de duas décadas,por meio de uma série de reformas estruturais e setoriais.

Sem desconsiderar a influência de problemas conjunturais de origem exógena ao longo das décadas de 1980 e de 1990 (decorrentes de causas naturais e os relativos à queda de preços do petróleo, à crise

bélica e à crise financeira internacional), que também potencializaram ao longo do período vários problemas estruturais pré-existentes, Acosta (2012; 2014c) avalia que o modelo econômico implementado pelo neoliberalismo no Equador resultou na maior crise da história econômica do país a partir de 2000.

Entre os resultados das reformas neoliberais no Equador, Acosta (2009) ressalta diversos importantes aspectos interrelacionados. Em suma: i) a influência do mercado sobre a economia, a redução da participação do Estado e a ampliação da ideologia neoliberal na sociedade, ii) o estímulo maior à produção primária voltada para a exportação, acompanhada pela deteriorização da indústria; iii) a concentração da riqueza entre as elites e a redução da distribuição, com o rebaixamento das classes médias; iv) a reconcentração dos lucros e da riqueza para o financiamento de novos investimentos, com o aumento da pobreza, do desemprego e da exclusão quase estrutural da maioria da população; v) a deterioração das atividades e dos investimentos sociais e a redução dos gastos sociais orçamentários, com políticas de compensação focalizadas para o combate da extrema pobreza e a criação do "bonus solidário ou de pobreza"; vi) a estabilização baseada na dolarização; vii) o crescimento econômico instável e débil, com a quebra massiva de empresas médias e pequenas; viii) a institucionalidade marcada por paternalismo, clientelismo, corrupção e impunidade; ix) o autoritarismo, com o planejamento dos programas de ajuste restrito aos dirigentes e aos funcionários das instituições financeiras, de setores governamentais e grupos empresariais;e, por fim, x) o surgimento e a consolidação de novos atores sociais em resistência,com potencial de propostas alternativas, em particular, movimentos de indígenas, camponeses e sindicais,aspecto visto como positivo pelo autor (ACOSTA, 2009b, p. 60-64).

No conjunto dos resultados do neoliberalismo no Equador, Acosta identifica o "neoextrativismo" como o fortalecimento de uma nova modalidade de acumulação primário-exportadora baseada no extrativismo em grande escala, tendência que se tornou comum em âmbito

latino-americano, como alternativa de atividade produtiva estratégica para o desenvolvimento dos países. Segundo o autor, sob o neoliberalismo, o neoextrativismo reproduziu as maldições da abundância desencadeadas pelo velho extrativismo. Ele observa que a prática do extrativismo foi pouco alterada na região, salvo em certos países com maior intervenção estatal, que apresentam algumas medidas de controle mais relevantes, e segue como prioridade para governos neoliberais e progressitas (ACOSTA,2012; 2011a; 2011c).

Acosta (2014c) enfatiza a crescente comoditização dos bens primários, que tornou os países com economias extrativistas ainda mais vulneráveis à lógica do mercado mundial. Segundo ele, um agravante no cenário equatoriano foi a permanência da mentalidade do rentismo, principalmente no extrativismo petroleiro e minerador. Em decorrência, nota que, devido à maior dificuldade de participação de pequenos e médios produtores e à concentração da riqueza entre os grandes empresários, foi alimentada a tendência de economia de enclave, no Equador e noutros países latino-americanos. Ao mesmo tempo, o autor identifica a economia neoextrativista num ambiente de institucionalidade e de governabilidade débeis, com o mau uso de recursos, desperdícios, e a proliferação da corrupção, sem uma relação com a democracia para além do plano formal. A exemplo de outros países na região, em especial a Venezuela, considera que o rentismo petroleiro desestruturou a economia equatoriana e gerou uma grande crise social e política no país (ACOSTA, 2014c; 2012; 2011a; 2011c).

Com grande preocupação, Acosta (2014c, 2011c) aponta a saída de recursos naturais do Equador e a degradação ambiental e social, na medida em que se amplia o neoextrativismo. Ele enfatiza a visão dos impactos ambientais como externalidades dos processos, que ultrapassam os limites sustentáveis. Ressalta os constantes conflitos entre o extrativismo e as comunidades locais e chama a atenção para a criminalização dos protestos dos movimentos sociais nos territórios afetados, que contraria os direitos das comunidades indígenas e camponesas.

Pós-neoliberalismo, neodesenvolvimentismo e neoextrativismo no Equador

Para Acosta (2009b), o cenário configurado no Equador e, em outros países da região, não só atesta os limites e o fracasso da missão atribuída pelas Nações Unidas ao sistema Bretton Woods, como reforça a percepção da crise do neoliberalismo e da arquitetura financeira internacional vigente e, mais além, a percepção do esgotamento do próprio sistema capitalista. Contudo, ele observa que, apesar dos abalos e das ameaças decorrentes da crise econômico-financeira internacional, o neoliberalismo prevalece nas arenas político-econômicas com maior poder de governança global. É um discurso que ecoa um pensamento dogmático e, assim, um projeto em disputa ideológica atroz com outros projetos alternativos emergidos em diversos campos nas últimas décadas e, sobretudo, uma estratégia concreta de imposição de políticas para a regulação e a reprodução do sistema enquanto tal.

Por esta via, a crise não é percebida como crise do neoliberalismo e muito menos como fim do neoliberalismo, e sim, conforme Acosta (2014f), como uma crise conjuntural, em grande parte atribuída à responsabilidade dos paíse se superável mediante novas gerações de programas de ajuste. O "pós-neoliberalismo" circunscrito no "Pós-Consenso de Washington", no começo da década de 2000,significa, portanto, o reforço e a continuidade do capitalismo neoliberal, com o desenvolvimento voltado para a supremacia do crescimento econômicoem conformidade com a lógica do mercado.

Na argumentação de Acosta (2014a; 2014e o), é marcante sua crítica acerca das estratégias de enfrentamento do neoliberalismo por parte dos governos identificados e autodefinidos como progressistas e de esquerda na América Latina, a partir do fim do século XX, e que ascenderam ao poder como governos "pós-neoliberais". Segundo ele, ambiguidades e contradições entre os discursos, as reformas políticas e as práticas destes governos denotam a continuidade de aspectos chaves do neoliberalismo, especialmente, no tocante ao extrativismo,

dificultando e comprometendo seus planos iniciais em prol de mudanças estruturais nas sociedades.

Para Acosta (2014e), a experiência do Equador com o governo de Raphael Corre a também é emblemática em tal direção. Em vários de seus textos, é central a crítica sobre a falta de uma verdadeira ruptura do governo Correa com o sistema financeiro internacional, a primazia do desenvolvimentismo tecnocrático e a preservação do padrão colonial com a ênfase no extrativismo como principal base do modelo de desenvolvimento (ACOSTA, 2014a; 2014b; 2014c; 2014d; 2014e; 2014f). Para o autor, tais fatores, acompanhados pelo esvanecimento dos discursos revolucionários, favorecem algumas continuidades entre o neoliberalismo e o neo-desenvolvimentismo empreendido por Correa. É nesse quadro que se destaca a dissidência de Acosta em relação ao governo Correa, que não teria sustentado o projeto político, a princípio contra-hegemônico e antissistêmico, para o qual o próprio Acosta havia contribuído.

Acosta (2014a;2014c) rememora a postura de Correa ao longo de sua primeira campanha e na primeira fase de seu governo, radicalmente contrária ao neoliberalismo, à ingerência do sistema financeiro internacional, aos acordos com as instituições financeiras internacionais e aos tratados de livre comércio. Segundo ele, o governo Correa iniciou em 2007 com grandes esperanças de mudança e fortes impulsos revolucionários, em defesa da soberania nacional, do enfrentamento da dívida externa, do fechamento da base estadunidense em Manta e do rompimento com o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial (chegando a expulsar do Equador o representante deste último quando assumiu a presidência). Contudo, de acordo com Acosta (2014c), Correa se enveredou no descumprimento de grande parte do Plano de Governo do Movimento País (2007-2011), plataforma da campanha presidencial em 2006, e das previsões da Constituição de Montecristi (2008), a "revolução cidadã", que compreendeu os principais marcos institucionais pactuados com a sociedade equatoriana em oposição ao neoliberalismo e em prol do *Buen Vivir* (*SumakKawsay*) (ACOSTA, 2014a; 2014b; 2014c).

Tendo presidido a Assembleia Nacional Constituinte, em apoio a Correa, Acosta toma a Constituição de Montecristicomo grande referência como instrumento que assegura a institucionalidade jurídica da revolução pela via democrática eleitoral, que incorporou vários pontos do Plano de Governo do Movimento País. O autor ressalta como esta Constituição prevê uma nova organização da sociedade equatoriana nas dimensões econômica, social, cultural, política e ambiental. Ele invoca seu forte foco popular e comunitário, numa nova relação com a Natureza, desde o local, o território, o que implicou em um vanguardismo do processo de mudança político-jurídica do Equador em âmbito internacional. Também é recorrente sua referência à Constituição em defesa da autonomia e da soberania, desde o plano macro, contrária à submissão ao sistema financeiro internacional.

Acosta (2014c; 2014f) reconhece algumas diferenças entre o governo de Correa e os governos anteriores do período neoliberal no Equador, sobretudo em alguns programas sociais. Contudo, avalia que, para além dos discursos, as políticas implementadas por Correa não refletiram uma transição de corte revolucionário como seria possível. Para ele, o governo de Correa desperdiçou um momento favorável ao avanço nas mudanças estruturais no Equador por meio de uma estratégia de implementação de reformas. Observa a maior disponibilidade de recursos em toda a história do país, advindos principalmente do novo *boom* das exportações de petróleo,com maior preço no mercado internacional, mas também de novas iniciativas de gestão econômicado Governo Correa (de algumas reformas tributárias, recursos do Serviço de Rendas Internas, do Instituto Equatoriano de Seguridade Social; dos fundos petroleiros congelados durante os governos neoliberais; da reserva de livre disponibilidade e, inclusive, das remessas dos equatorianos no exterior). Segundo ele, o momento também teria sido favorável em função da renegociação parcial do pagamento da dívidaexterna comercial, com a moratória declarada em 2009, que distensionou o orçamento estatal (ACOSTA, 2014b; 2014c; 2014d).

No entanto, como a renegociação da dívida também marginalizou o país nos mercados de financiamento externo, Acosta (2014f) observa o empenho de Correa por mais créditos para forçar o desenvolvimento no Equador e estabelecer uma nova forma de organização econômica e política com vistas à reinserção do país no mercado mundial. No início de seu segundo mandato, em 2013, a alternativa de Correa foi, primeiramente a China, que se tornou uma grande fonte de financiamento para o país (com cerca de US$10 bilhões contratados) e, em seguida, em abril de 2014, a duplicação da linha de crédito com o Banco Mundial, com melhores condições creditícias (ACOSTA, 2014a; 2014d; 2014f).

Acosta (2014a) afirma que a reaproximação com o Banco Mundial reinseriu o Equador no sistema financeiro internacional - com o qual Correa havia iniciado uma ruptura no começo de sua gestão. Foi assumida uma nova relação subordinada com o Fundo Monetário Internacional, que passou a monitorar e a assessorar o governo com condicionalidades. Para ele, "o Equador estaria"bailando com lobos", por retornar ao Fundo, que segue como grande guardião do capital financeiro internacional no neoliberalismo. O autor também aponta a retomada de relações com bancos internacionais que, na era dos governos neoliberais, escoaram um grande montante de recursos do país(ACOSTA, 2014a; 2014b).

Assim, segundo Acosta (2014a), o governo Correa retomou o alinhamento do Equador com o receituário neoliberal, via as instituições Bretton Woods, reativou a dívida externa junto a estas instituições e também induziu a subordinação à China. Ele também ressalta a tendência de reorientação do Equador ao Tratado de Livre Comércio, referindo-se especialmente à negociação recente com a União Européia (a qual também negocia com o Peru, a Colômbia, e os EUA). Para Acosta (2014b), além de prejudicial para o país, isto pode fragilizar outras iniciativas na região, contrárias ao livre-comércio e em prol da integração soberana. Tais opções evidenciam, de acordo com o autor, a inobservância do governo Correa das recomendações da Comissão para a Auditoria Integral do Crédito Público (criada em 2007, por

pressão da sociedade civil), cujo relatório final (2008) apontou condições de ilegalidade e de ilegitimidade de operações que constituíram a dívida pública externa e interna do Equador, envolvendo instituições financeiras internacionais e bancos privados (ACOSTA, 2014a; 2014b; 2014c; 2014d).

Além do desvirtuamento de Correa em relação a questões estratégicas centrais de seu projeto político inicial, Acosta (2014b) ainda aponta a falta de transparência e de participação nos processos dos acordos e contratos que envolvem as operações de crédito no país, em especial com o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, o que, segundo o autor, denota um grande déficit democrático no país. Face a tais tendências, avalia que Correa vem promovendo um novo caudilhismo no Equador (ACOSTA, 2014a; 2014b).

De acordo com Acosta (2014c), o pós-neoliberalismo no Equador terminou significando uma "grande reacomodação capitalista da economia", que compreende enredos da "involução cidadã" ao invés da "revolução cidadã" . O novo Código Monetário e Financeiro, aprovado em meados de 2014, com pouco debate com a sociedade, suscitaa opinião do autor sobre o fortalecimento de uma visão tecnocrática do Estado que assume de forma autoritária a reacomodação do capitalismo. Para ele, o pragmatismo de Correa em seu afã modernizador e produtivista o distanciou do socialismo e o aproximou de um "capitalismo social" ou um "capitalismo popular" (ACOSTA, 2014d).

Segundo Acosta (2014c), o discurso oficial de transformação de Correa se esgotou em poucos aspectos: i. diversificação e especialização produtiva exportadora, ii. atração de inversão estrangeira, iii. aprofundamento do extrativismo, iv. construção de uma indústria pesada como ponto de partida e fomento do conhecimento.

Acosta (2014c) sublinha a continuidade do modelo agroextrativista exportador, dinamizado por Correa, configurando o "neoextrativismo de Estado", pela maior participação governamental na gestão da atividade e, sobretudo, na renda petroleira-mineira. Mais além, segundo Acosta (2014f), o novo extrativismo no Equador é recolonizador, com

a ampliação de suas fronteiras no sul da Amazônia, meio a impactos e conflitos, sendo emblemático o caso do território de Yasuni, que não contou com o reconhecimento governamental.

Para Acosta (2014f), o modelo de desenvolvimento oficial de Correa não propõe uma transformação estrutural da economia no Equador, masa modernização do capitalismo com uma modernização estatal antiquada do aparato produtivo, que seria inspirado no modelo coreano (de investimento no desenvolvimento de indústrias básicas como motor da economia). Segundo o autor, o Correísmo não se preocupa em superar a modalidade de acumulação que depende da exportação das matérias-primas. O novo Código Monetário e Financeiro prioriza o extrativismo em sua proposta de transformação da matriz produtiva, prevendo, inclusive, a titularização de rendimentos futuros do extrativismo, o que, para ele, além de tudo, consiste na falta de responsabilidade inter-geracional. Acosta também adverte sobre o risco de o investimento na transformação da matriz energética por meio de projetos hidrelétricos vir a ter como grande finalidade a ampliação do extrativismo (2014c; 2014d).

Conforme Acosta (2014f), o Correísmo não abre possibilidades para uma profunda democratização dos fatores de produção e da própria economia, o que seria distinto da estatização. Reconhece a melhor distribuição de renda, mas aponta a incapacidade do governo Correa em cumprir com a redistribuição de riqueza e a mudança dos padrões de consumo, em consonância com seu projeto político inicial.Para o autor, Correa também não toma a reforma agrária como um meio de combate à desigualdade no país e, tampouco, a nova lei de recursos hídricos prevê a desprivatização e a redistribuição da água em conformidade coma constituição, em prol da soberania alimentar.

Acosta (2014f) aponta para a exacerbação do consumismo e da degradação ambiental, a despeito do reconhecimento da Natureza como sujeito de direitos na nova constituição do Equador. Segundo ele, a dificuldade de transformação da estrutura produtiva no país contraria as expectativas de desenvolvimento endógeno e,principalmente, o *BuenVivir*, grande bandeira que levou Correa ao poder (ACOSTA,

2014c). Na sua avaliação, o Plano Nacional do Buen Vivir (2013-2017) não traz elementos básicos renovadores indispensáveis para uma nova matriz produtiva, com redistribuição e um novo padrão de consumo. Ao mesmo tempo, Acosta identifica a limitada relação entre Estado e cidadania e o risco de as relações clientelares com a sociedade nos mecanismos de repasse de recursos forjarem uma "bonocracia" (ACOSTA, 2014c), seguindo tendências identificadas entre outros governos progressistas na região.

Os maiores beneficiários do modelo de desenvolvimento do governo Correa são, de acordo com Acosta (2014c), os mesmos grupos econômicos vinculados ao capital transnacional, grandes empresários agroexportadores, no setor dos agrocombustíveis e dos transgênicos, e da mineração de grande escala, em detrimento da economia popular e solidária, defendida na constituição do Equador. Para ele, ao compreender uma proposta de modernização tecnocrática do capitalismo extrativista, o Correísmo consolida um novo modelo de dominação burguesa no país. Como resultado, Acosta (2014c) afirma que não há revolução social e produtiva, e se constrói uma nova hegemonia com a ascensão de novos poderes em combinação com os anteriores.

Pós-neoliberalismo contra-hegemônico e antissistêmico e as alternativas promovidas por Acosta

As análises de Acosta do caso equatoriano sob Correísmo e, em termos gerais, de outros países latino-americanos, suscitam uma maior diferenciação da ideia de "pós-neoliberalismo" para além da visão preliminar das duas tendências opostas, de continuidade e de superação do neoliberalismo. Esta segunda tendência, que envolve uma série de correntes de pensamento associadas, é a que mais evidencia a necessidade de explicitação da polissemia subjacente aos termos cunhados para anunciar alternativas de mudança com o prefixo "pós" (seja pelos atores políticos protagonistas, seja pelos analistas dos processos desde a academia), os quais, por se referi-

rem a processos em curso, alguns em fase ainda inicial, carecem de melhor definição.

A diversidade de correntes que a princípio denota a força da proposição na ideia do pós-neoliberalismo como superação pode ser também, à luz das experiências, fonte de fraqueza desta ideia. Isto devido às variações nas abordagens e procedimentos, como nota Acosta (2014; 2011c), quanto aos meios para as mudanças pretendidas, que redundariam em maior ou menor potencial antissistêmico em relação ao neoliberalismo e ao capitalismo, conforme o caso. Acosta vê a questão do desenvolvimento como um ponto de bifurcação na ideia de pós-neoliberalismo como superação, referindo-se à persistência do ideal desenvolvimentista com oneo--desenvolvimentis modos governos na América Latina. Assim, depreende-se do conjunto dos textos de Acosta que a tendência do pós-neoliberalismo como superação pode ser diferenciada, por sua vez, em duas grandes tendências.

A primeira seria a do "pós-neoliberalismo contra-hegemônico", a princípio mais palpável nas experiências de governos latino-americanos considerados progressistas e de esquerda (como Brasil, Uruguai, Argentina, Bolívia, além do Equador, para Acosta), não sem ambiguidades e contradições no tocante aos processos e aos empreendimentos em prol de suas implementações, sobretudo devido às coalizões estabelecidas para a sustentação da governabilidade, como no caso do Brasil. Nesta tendência é afirmada a contraposição ao colonialismo e ao imperialismo, a defesa da soberania, da cooperação regional numa perspectiva Sul-Sul e da maior igualdade entre os países no sistema internacional. Isto se dá, todavia, com a preservação do capitalismo e das modernas noções de progresso e de desenvolvimento, que seguem basilares nas visões sobre os processos de mudança. Uma diferença desta tendência em relação ao neoliberalismo é a posibilidade de ampliação da democracia, com maior ênfase na dimensão social e na diversidade cultural, assinalando-se para a revisão da versão clássica do bem-estar em uma nova terceira via, com maior sotaque latino-americano.

O pós-neoliberalismo contra-hegemônico, além de não implicar em

um caráter antissistêmico, tem seu significado de contra-hegemonia (e, por conseguinte, de hegemonia) restrito à ideia de predominância de poder, diferentemente da perspectiva gramsciana. Acosta (2015; 2014f, 2009) sugere que, nas suas práticas, os governos latino-americanos progressistas, especialmente, o Equador, pecam na compreensão sobre o desenvolvimento histórico do capitalismo e o modelo de divisão internacional do trabalho requerido por este, observando que a mera predominância do poder não garante a necessária autonomia para mudanças estruturais significativas no plano nacional.

A segunda tendência do pós-neoliberalismo como superação seria a do "pós-neoliberalismo contra-hegemônico e antissistêmico", observada nas plataformas político-programáticas originais dos partidos considerados progressistas e de esquerda que ascenderam ao poder em seus países, cujas proposições se alinham mais diretamente à agenda do "Socialismo no século XXI" (Equador, Bolívia e Venezuela, para Acosta (2011, 2011c)). Tendo em vista as críticas do autor, a correspondência ou não entre discurso e prática, entre projeto proposto e projeto realizado, é fundamental nesta caracterização. Esta tendência contrapõe-se ao colonialismo, ao imperialismo e também ao capitalismo, isto é, visa a superação da hegemonia do capitalismoneoliberal (num sentido gramsciano de hegemonia) e, inclusive, do capitalismo enquanto sistema. Para tanto, o pós-neoliberalismo contra-hegemônico e antissistêmico está voltado para o resgate, o fortalecimento e a construção de modelos alternativos em substituição ao capitalismo.

A sustentação do caráter antissistêmico no nível propositivo atribui maior força utópica e revolucionária a esta segunda tendência, em comparação com a anterior. A relação entre desenvolvimento e democracia é elementar para opós-neoliberalismo contra-hegemônico e antissistêmico. Para algumas de suas vertentes, não só é crucial a desconstrução das noções dedesenvolvimento e de democracia, como também, principalmente, da matriz moderna-ocidental-capitalista-burguesa-patriarcal-antropocêntrica, substrato da ideologização destas noções. É nesta tendência, à qual se mostra alinhado Acosta, que

podem ser aglutinadas com mais coerência e complementariedade outras proposições, tais como o pós-colonialismo, o pós-imperialismo, o pós-capitalismo, o pós-desenvolvimento (e o decrescimento) e o pós-extrativismo.

Acosta (2009a; 2009b) interpreta a crise do neoliberalismo como uma crise estrutural e sistêmica, ou seja, uma crise do sistema capitalista, que é paradigmática e civilizatória. Para ele, a proposição de superação do neoliberalismo compreendida na ideia de pós-neoliberalismo não implica no resgate do bem-estar social, designando-se um suposto funcionamento racional do capitalismo. Segundo ele, a proposta de superação do neoliberalismo também deve significar a superação do capitalismo (a ideia de pós-capitalismo)e a superação do próprio modelo de desenvolvimento do capitalismo (a ideia de pós-desenvolvimento). Nessa mesma perspectiva, Acosta converge as propostas do pós-colonialismo e do pós-imperialismo (2014e; 2014f).

A visão de mudança reiteradamente defendida por Acosta não é apenas contra-hegemônica, mas, sobretudo, antissistêmica. Não se trata da redistribuição de poder para a maior equidade na inserção das sociedades no sistema capitalista, em contraposição às assimetrias entre Norte e Sul, mas da suplantação deste sistema. Acosta apresenta dois grandes movimentos que, associados, propiciariam a configuração de uma nova ordem social: a partir da escala global, reformas em prol de uma nova arquitetura financeira internacional e, a partir da escala local, a implantação do *BuenVivir*.

Transversalmente aos textos de Acosta, é marcante o reconhecimento da relação de determinação do econômico sobre o político (e do nível macro internacional-global para o micro nacional-local) e, ao mesmo tempo, também é enfatizado o poder do cultural sobre o político (e do nível micro local-nacional sobre o macro internacional-global) com vistas às transformações estruturais para a refundação da sociedade. Nesse sentido, pode-se considerar certa aproximação de Acosta ao marxismo-gramsciano, embora não seja identificada uma referência direta do autor a esta corrente. A abordagem de Acosta é embasada na experiência andina, particularmente no Equador, combi-

nada com uma visão mais geral da experiência latino-americana com a emergência de alternativas emancipatórias, de cooperação Sul-Sul e integração regional que remontam ao legado do Bolivarianismo.

A reforma da arquitetura financeira internacional

Militante do movimento pela Reforma da Arquitetura Financeira Internacional (AFI), que alcançou visibilidade no final da década de 1990, com a crise ampliada do neoliberalismo, Acosta pode ser considerado como um dos principais críticos latino-americanos do sistema Bretton Woods. Como apontado anteriormente, Acosta avalia como altamente deficitárias de controles democráticos as operações e sistemas de governança destas instituições, principais promotoras do receituário neoliberal previsto pelo Consenso de Washington, cujo grande laboratório foi a América Latina.

Uma importante contribuição de Acosta (2009b) refere-se à crítica da lógica e dos impactos, em âmbitos global e regional, da chamada arquitetura finaceira internacional, que compreende as estruturas de poder e os mecanismos de operacionalização do capitalismo neoliberal em escala mundial. Os maiores beneficiários desta arquitetura seriam justamente os países centrais, as corporações transnacionais, as grandes instituições financeiras e o próprio sistema financeiro internacional, em maior ou menor grau, conforme o país, articulados em confrontação com o Estado e em prol da abertura e da desregulamentação dos mercados.

De acordo com Acosta (2009a), a reforma da arquitetura financeira internacional é a grande chave para outra globalização, fundada na solidariedade entre os povos, na primazia da lógica política sobre as demandas do mercado e na sustentabilidade - não somente econômica, mas ambiental. Para ele, a nova arquitetura deve compreender uma coordenação central com uma dinâmica descentralizada (dotada de redes de informação) e formas alternativas de integração regional. Portanto, prevê a construção de organismos regionais alternativos, voltados para modelos autônomos de desenvolvimento, os quais

operariam como núcleos intermediários à instância de coordenação mundial, pela fragmentação do poder mundial ora concentrado. Segundo o autor, tal reforma deve ser conduzida a partir das Nações Unidas, revisada em seu princípio do multilateralismo e fortalecida para representar uma soberania internacionalcoletiva (ACOSTA, 2009a; 2009b).

Vale notar que algumas das principais mudanças concebidas por Acosta para a nova arquitetura financeira internacional seriam, em suma: i. a dissolução do Clube de Paris como marco de negociação, ii. a constituição de um código financeiro internacional, iii. a criação de um tribunal internacional de arbitragem da dívida soberana, iv. a criação de um novo sistema monetário e financeiro internacional, compreendendo um Banco Central Mundial, em substituição e diferente do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional, para normatizar a emissão de uma moeda ou moedas globais, v. a constituição de novas instituições financeiras regionais, vi. a normatização do mercado de trabalho e as disparidades comerciais (o que também significaria reformar integralmente a OMC); vii. em âmbito nacional, o fortalecimento dos bancos públicos e do sistema financeiro popular e solidário (começando pelas cooperativas) (ACOSTA, 2009a).

O *Buen Vivir*

Acosta é reconhecido por suas contribuições na teorização do *BuenVivir*, dentre vários outros intelectuais e militantes no grupo que vem se constituindo no campo dos estudos decoloniais e pós-coloniais. No projeto de mudança idealizado a partir do Equador, Acosta (2014e; 2011; 2011b) dá grande importância ao princípio do *Buen Vivir* no cerne de um processo de revolução socioeconômica e cultural, como fonte de força mobilizadora da utopia no devir histórico. Para ele, mais que um princípio, o *BuenVivir* apresenta um novo paradigma de sociedade, contra-hegemônico e antissistêmico. As propostas de superação da condição de dependência, desigualdade e pobreza e as alternativas geopolíticas regionais e internacionais e de integração,

seriam todas pautadas neste novo paradigma. O *Buen Vivir* é visto como uma grande síntese para a reconstrução de macro-narrativas que compreendam as interrelações entre o econômico, o político, o social e o cultural, necessárias para as mudanças mais profundas e revolucionárias.

Acosta (2011b) refere-se ao *BuenVivir* como um princípio e um modelo resgatados no século XXI pelas lutas populares, particularmente indígenas, recuperando a cosmovisão de povos e nacionalidades indígenas ancestrais, a *SumakKawsay*. Segundo ele, a diferença chave entre a ideia do "bem viver" do *BuenVivir* e a ideia tradicional de bem-estar ocidental é dada pela relação harmônica com a Natureza e o reconhecimento desta como sujeito de direitos (*Patcha Mama*). Assim, os bens materiais não são os únicos determinantes. Ancorado em um sócio-biocentrismo, o *BuenVivir* também diverge do desenvolvimento sustentável do capitalismo verde, de acordo com o autor. Outra caracterítica diferenciada, relevante por seus desdobramentos políticos, diz respeito ao socialismo de base comunitária do *BuenVivir*, ao contrário do socialismo clássico, estabelecido de cima para baixo, tecnocrático e com uma elite política burocrática. Para o autor, o *Buen Vivir* propicia alternativas para a valorização da força popular emanada da mobilização dos povos indígenas, camponeses e trabalhadores urbanos, que é convergida na proposição de um comunitarismo nacionalista.

Para Acosta, em consonância com outros autores dedicados ao *BuenVivir* como um projeto político, a superação do sistema capitalista é uma condição para a aceitação e a concretização integralmente bem-sucedida deste projeto, dado que seu ordenamento é considerado impossível no capitalismo. Portanto, trata-se de um projeto essencialmente comunitarista, que fortalece o local no plano nacional e é alavancado por um internacionalismo em prol de sua viabilização. Norteado pelas experiências das redes de movimentos indígenas e de camponeses que se estabelecem entre os países com base em alguns elementos comuns de identidade e intersecções de agenda, o autor tem a expectativa de um transbordamento internacional do *BuenVi-*

vir, em escala regional e mundial (ACOSTA, 2011b; 2011d; 2011e; ACOSTA; MARTINEZ, 2009).

Atentando-se para a inserção do *BuenVivir* no debate global, desde a periferia nacional à periferia mundial, Acosta vislumbra um novo universal, com a "revolução mundial do *buenvivir*". Sugere que tal visão obviamente não significa a pretensão de uma padronização da mudança da sociedade em escala macro dada pela expansão do modelo do *BuenVivir*. Na perspectiva do pensamento decolonial, significaria um caminho para a "descolonização" das sociedades, a possibilidade de emancipação da diversidade de povos e culturas tradicionais oprimidos e ameaçados pelo modelo hegemônico. Também a possibilidade de convergência do "Sul Global", constituído por um universal de particulares, em comunhão por laços de solidariedade e de cooperação na construção de grandes frentes contra o capitalismo e o neoliberalismo, regional e mundialmente (ACOSTA,2011b; 2011d; 2011e; 2009c).

Perspectivas e questões para seguimento

As análises de Acosta a partir do Equador contribuem para a necessária atualização dos debates sobre uma série de questões relativas às experiências com o neoliberalismo e estratégias pós-neoliberais em diversos países na América Latina. Com efeito, como aponta o autor, os cenários de crises político-econômicas e socioambientais em acirramento na região explicitam ambiguidades, limites e impasses para o desenvolvimento e a democracia nos países com governos considerados progressistas e de esquerda, agregando novos desafios a estes.

Face aos novos cenários, quais as perspectivas do socialismo e de programas de reformas de cunho revolucionário na América Latina? Como garantir o sucesso de projetos nacionais revolucionários nos marcos do sistema mundial no século XXI? É possível o transbordamento do modelo andino do *buenvivirismo* e dos direitos da Natureza para as demais sociedades na região? Os parcos avanços efetivos em prol de uma nova arquitetura financeira regional na América Latina resistirão às novas investidas do conservadorismo

neoliberal e dos tratados de livre-comércio? Quais as atuais perspectivas de renovação das esquerdas latino-americanas, de seus projetos contra-hegemônicos e antissistêmicos e de suas utopias mobilizadoras? Será possível uma alternativa ao neo-extrativismo no curto e no médio prazos?

As análises de Acosta também contribuem para reforçar a necessidade de seguimento da agenda de pesquisa comparada em Ciências Sociais na América Latina. Deve-se explorar criticamente as especificidades, semelhanças e concertações transnacionais, regionais e globais, dentre as principais tendências e possíveis alternativas de modelos e estratégias para a continuidade de projetos de emancipação e transformação social mais profundos, em prol da soberania e da autodeterminação dos povos. É igualmente importante a maior exploração das principais tendências e estratégias das forças políticas, econômicas e sociais que reemergem em contraposição na região, tensionando e reorganizando as relações entre sociedade, Estado e mercado. Paralelamente, seguirá indispensável o mapeamento panorâmico e sistemático das principais abordagens teórico-metodológicas em torno de tais temáticas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACOSTA, A. E. (2014a). *A seguir bailando com lobos. El Equador retorna al redil del FMI*. Disponível em: http://www.rebelion.org/noticia.php?id=189519&titular=a-seguir-bailando-con-lobos-ecuador-retorna-al--redil-del-fmi-. Acesso em:9 de set. de2014. _____.(2014b),El retorno de las-carabelas. *Reflexiones sobre losespejitosdel TLC com la UE*. Disponível em: http://www.rebelion.org/noticia.php?id=189035&titular=el-retorno-de-las--carabelas-. Acesso em: 28 de ago. de 2014.

_____.(2014c). *Gran reacomodo capitalista de la economia. Enredos de la involución ciudadana*. Acesso em:25 de agosto de 2014(inédito, fornecido pelo autor).

_____.(2014d). *La desdolarización em marcha. ¿Hay gato encerrado enel Codigo Monetário y Financiero?*. Disponível em: http://www.rebelion.org/noticia.php?id=189078&titular=la-desdolarizaci%F3n-en-marcha-. Acesso em: 18 de ago. de 2014.

_____.(2014e). *Poscrescimento e posextrativismo:* Dos caras de la misma transformación cultural.(inédito, fornecido pelo autor).

_____.(2014f). *Pos-neoliberalismo en ciernesenel Equador.* (inédito, fornecido pelo autor).

_____.(2012). *Breve historia económica del Equador*. Corporación Editora Nacional, Quito.

_____.(2011a), La necesidad de un modelo de desarrollo post-extractivista. *Crisis Económica y Crisis Energéticas – Memorias de un Seminario Internacional*, CEDLA, La Paz.

_____.(2011b). El BuenVivirenelcaminodel Post-desarrollo – Algunas reflexiones al andar. In: WEBER, Gabriela (coord.). *Debates sobre cooperación y modelos de desarrollo – Perspectivas desde laSociedad Civil enel Ecuador.* Ciudad, EED, HIVOS, Observatorio de laCooperación al Desarrollo enel Ecuador, Quito.

_____.(2011c). Extrativismo y neoextrativismo: Dos caras de lamismamaldición. In: LANG, M.; MOKRANI, D. (orgs.). *Mas alládeldesarollo*. Equador, Quito: Fund. Rosa Luxemburgo/AbyaYala, 1ª edición.

_____.(2011d). Solo imaginando otros mundos, se cambiará éste – Reflexiones sobre el BuenVivir. In: FARAH, I.; VASOPOLLO, L. (coords.); *Vivirbien: ¿Paradigma no capitalista?* CIDES-UMZA, SAPIENZA, Universitádi Roma, Oxfam, La Paz.

_____.(2011e). El BuenVivir más allá del desarrollo. *Revista Quéhacer* Nº 181, DESCO, Lima (enero-marzo).

_____.(2010). De la deuda de la independencia a la deuda de la dependencia. In: NARANJO CHIRIBOGA, M. (ed.). *Ensayos de historia económica por el bicentenário.* Banco Central delEcuador y FLACSO.

_____.(2009a). Hacia un nuevo sistema financiero internacional - Propuestas desde la Utopía. In: (vários autores). *La primera crisis global del siglo XXI – Miradas y reflexiones.* CLAES, Montevideo.

_____.(2009b). Procesos económicos contemporáneos - impactos de las reformas neoliberales en la economía. In: MONTES DEL CASTILLO, A. (ed.) *Ecuador Contemporáneo*. Ediciones de laUniversidad de Murcia.

ACOSTA, A. E.; GUDYNAS, E. (2011). El buenvivir o la disolución de la idea del progreso. In: ROJAS, M. (coord.) *La medición del progreso y del bien estar - Propuestas desde América Latina.* Foro Consultivo Científico y Tecnológico de México, México DF.

ACOSTA, A. E. ; Guijarro, J. C. (2015). La herencia econômica del correísmo. Uma lectura frente a la crisis. Rebelión. Octobre, pp1-31. http://www.rebelion.org/noticia.php?id=204109

ACOSTA, A. E.; MARTINEZ, E. (2009). *El BuenVivir – Una vía para el desarrollo*, Quito.

ACOSTA, A. E.; PONCE, J.(2010). La pobreza en la revolución ciudadana o ¿pobreza de revolución?. *Revista Ecuador Debate* Nº 81, Equador, Quito, diciembre.

GUDYNAS, E (2009). "Diez tesis urgentes sobre el nuevo extractivismo. Contextos y demandas bajo el progresismo sudamericano actual", In: "Extractivismo, política y sociedad", varios autores. CAAP (Centro Andino de Acción Popular) y CLAES (Centro Latino Americano de Ecología Social). Quito, Ecuador. Noviembre, pp 187-225,